



O processo de internacionalização na/da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Brasil

Margarita Victoria Rodríguez¹  Silvia Helena Brito de Andrade² 

Flávia Melville Paiva³ 

^{1, 2, 3} Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RESUMO

Nos anos 1980, se intensificou a internacionalização da educação superior, especialmente nos países europeus e na América do Norte, por meio de uma série de iniciativas que buscavam consolidar as instituições universitárias no plano internacional. Este processo se expandiu para o restante dos países durante os anos 1990, por meio de diversas ações: projetos de pesquisas conjuntas; mobilidade docente, discente e de servidores; eventos; extensão de *campus* em outros países e interculturalidade no currículo. Nos anos 2000 a internacionalização se intensificou e atingiu grande parte das instituições brasileiras, tornando-se um aspecto constitutivo da missão social das universidades, junto à pesquisa, ensino e extensão. O artigo analisa o processo de implantação e consolidação da internacionalização na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), destacando como ela é entendida e se expressa em suas diretrizes institucionais, bem como as estratégias e procedimentos adotados, visando a consolidação e expansão do processo de internacionalização. Para tal, foram analisados documentos e normas legais, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019; Plano de Gestão Institucional e Relatórios de Gestão (2000-2017) e o Plano Institucional de Internacionalização (2018-2022). Como resultado, se verificou que inicialmente a internacionalização não era uma política institucional, mas lentamente se identifica um interesse por instituir ações com esse objetivo, até chegar-se a constituição de um Plano Institucional de Internacionalização, aprovado em 2018. Nota-se também que a concepção e fundamentação das ações de internacionalização baseiam-se no entendimento clássico e tradicional de transferência de conhecimento, por meio da inovação científica e tecnológica.

PALAVRAS-CHAVE

Internacionalização. Educação superior. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Correspondência ao Autor

¹ Margarita Victoria Rodríguez

E-mail:

Universidade Federal de Mato Grosso,
Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/7880962737584697>

Submetido: 30 out. 2018

Aceito: 24 fev. 2019

Publicado: 11 mar. 2019

 10.20396/riesup.v5i0.8653819

e-location: e019042

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



The internationalization process in the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Brazil

ABSTRACT

In the 1980s, the internationalization of higher education was intensified, especially in European and North American countries, through a series of initiatives that sought to consolidate university institutions internationally. This process was expanded to the rest of the countries during the 1990s, through various actions: joint research projects; teaching, student and technical staff mobility; events; extension of campus in other countries and interculturality in the curriculum. In the 2000s internationalization was intensified and reached a large part of Brazilian institutions, becoming a constitutive aspect of the social mission of universities, together with research, teaching and extension. The article analyzes the process of implementation and consolidation of internationalization at the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), highlighting how it is understood and expressed in its institutional guidelines, as well as the strategies and procedures adopted to consolidate and expand the process of internationalization. For this, we analyzed documents and legal norms such as the Institutional Development Plan (PDI) 2015-2019; Institutional Management Plan and Management Reports (2000-2017) and the Institutional Plan for Internationalization (2018-2022). As a result, it was verified that, initially, internationalization was not an institutional policy, but slowly it can be identified interest to stablish actions to this aim, culminating to the establishment of the UFMS Internationalization Plan, approved in 2018. It is also noted that the design and foundation of internationalization actions are based on the classical and traditional understanding of knowledge transfer through scientific and technological innovation.

KEYWORDS

Internationalization. Higher education. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

El proceso de internacionalización en la/de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Brasil

RESUMEN

En los años 1980, se intensificó la internacionalización de la educación superior, especialmente en los países europeos y en América del Norte, mediante diferentes iniciativas que buscaban consolidar las instituciones universitarias a nivel internacional. Este proceso se expandió al resto de los países durante los años 1990, con diversas acciones: proyectos de investigación conjuntos; movilidad docente, discente y de servidores; eventos; extensión de campus en otros países e interculturalidad en el currículo. En los años 2000 la internacionalización se intensificó y alcanzó gran parte de las instituciones brasileiras, tornándose un aspecto constitutivo de la misión social de las universidades, junto con la investigación, enseñanza y extensión. El artículo analiza el proceso de implantación y consolidación de la internacionalización en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), destacando como la misma es entendida y se expresa en sus directrices institucionales, así como las estrategias y procedimientos adoptados para consolidar el proceso de internacionalización. Fueron analizados documentos y normas legales: Plan de Desarrollo Institucional (PDI) 2015-2019; Plan de Gestión Institucional e Informes de Gestión (2000-2017) y el Plan Institucional de Internacionalización (2018-2022). Como resultado, se verificó que inicialmente la internacionalización no era una política institucional, más lentamente se identifica un interés por instituir acciones con ese objetivo, hasta llegar a la elaboración de un Plan Institucional de Internacionalización, aprobado en 2018. Destacase que la concepción y fundamentación de las acciones de internacionalización fundamentase en el entendimiento clásico y tradicional de transferencia de conocimiento, mediante la innovación científica y tecnológica.

PALABRAS CLAVE

Internationalización. Educación superior. Universidad Federal de Mato Grosso do Sul.

Introdução

O processo de internacionalização na educação superior se intensificou durante os anos de 1980, especialmente nos países europeus e América do Norte, por meio de diversas políticas e programas que propiciam a integração e socialização da produção científica e da formação dos estudantes e professores. Nesse sentido, foram realizadas ações interinstitucionais tais como: projetos de pesquisas conjuntas; mobilidade docente, discente e de pesquisadores; eventos; convênios; extensão de campus em outros países; interculturalidade no currículo. Nos anos 1990, o referido fenômeno se expandiu para as universidades da América Latina, no contexto das reformas da educação que incorporaram algumas das recomendações e propostas promovidas pelos organismos multilaterais internacionais, entre os quais se destacam a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial, que produziram documentos orientadores destinados a introduzir mudanças nas instituições de educação superior, para sua adequação às demandas e transformações do capitalismo mundial.

Nos anos 2000 este processo se acentuou nas universidades, de tal modo que a internacionalização se tornou um dos aspectos constitutivos de sua missão social, junto à pesquisa, ensino e extensão, que tradicionalmente apareciam como sua função. No Brasil também se verificam movimentos em prol da cooperação, para viabilizar redes de pesquisa, projetos conjuntos, entre outros, que possibilitem a interligação entre estudantes, docentes, funcionários, gestores, para obter uma maior integração, que supere a mera circulação de pessoas entre os países.

Não existe um consenso a respeito do conceito internacionalização no caso dos países de América Latina e mais especificamente no Brasil, sendo esta uma discussão que ainda se remete a estudos produzidos na Europa e Estados Unidos. O acúmulo de pesquisas é insipiente e surgem como consequência das mudanças instituídas pelas políticas educacionais para a educação superior e pela indução dos órgãos de fomento, no final do século XX e primeira década do século XXI, no contexto da reestruturação capitalista.

Alguns autores asseveram que o processo de internacionalização está associado à intensificação da globalização e à expansão mundial do capitalismo, que implica em alargar as relações entre as universidades, transcendendo as fronteiras nacionais e se expressando em estratégias institucionais e organizacionais que se caracterizam pela mobilidade física, cooperação acadêmica, bem como produção e transferência de conhecimentos, contando com financiamento e transferências de recursos do Estado, que prioriza algumas áreas acadêmicas (TEICHELER, 2004; MOROSINI, 2011).

Morosini (2011) considera que a internacionalização da educação superior pode ser abordada em termos de sistema ou institucionalmente, e no caso brasileiro estas duas dimensões se encontram interligadas porque o país conta com um aparelho estatal complexo, que regula, avalia e supervisa a educação superior. Segundo a autora, o processo de internacionalização instaurado no Brasil acompanharia o movimento mundial, e não se pode

desconhecer as assimetrias presentes nas relações interinstitucionais e entre os países que participam dos programas e projetos que se desenvolvem com vistas a melhorar as condições nacionais de produção e socialização do conhecimento historicamente produzido. O que remete às condições desiguais de produção do trabalho científico, tais como apontadas por Andery et al. (1996).

No presente momento histórico, caracterizado pelo capitalismo financeiro, que conta com a interferência de organismos multilaterais que financiam e regulam as políticas de educação superior, a internacionalização se encontra atravessada por princípios de transferência de conhecimentos que perseguem objetivos economicistas e competitivos. Para tal, a “cooperação” implica em mudanças que abarcam a uniformização dos currículos que permitiriam a formação de “cidadãos do mundo”, voltados para uma atuação e inserção no mercado de trabalho, por meio de cursos de curta duração que não se traduzem necessariamente no domínio de conhecimento complexo e da ciência, e nem na melhoria das condições de vida das populações dos países envolvidos.

Nessa direção, apesar de a internacionalização ser apresentada como uma estratégia de melhoria da qualidade da educação superior, na prática não implica necessariamente em mudança substancial da formação humana, nem em sustentabilidade científica dos países que participam dela, dadas as assimetrias antes referidas. Por isso, Chaves e Castro (2016) consideram que

[...] embora aparentemente o interesse seja acadêmico, ou seja, voltado para o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação solidária entre grupos de pesquisa com vistas a promoção da educação como um “bem público”, estão subjacentes relações econômicas de dominação em dois sentidos: 1) no recrutamento de estudantes dispostos a pagar taxas associadas à políticas internacionais de competitividade econômica, favorecendo o desenvolvimento geral das exportações; 2) na dominação do saber, cuja relação se dá por meio de subordinação do conhecimento, de países com alto grau de desenvolvimento das tecnologias de informação, pela venda dos “pacotes educativos” aos países periféricos. (CHAVES; CASTRO, 2016, p. 121).

Considerando que o processo de internacionalização da produção científica é um dado que se impõe no contexto universitário atual, a crítica das autoras indica que os gestores institucionais, pesquisadores e estudantes universitários têm como desafio superar as contradições postas pelas relações capitalistas, aproveitando o momento histórico para estreitar os laços que se estabelecem por conta do intercâmbio e cooperação internacional, com vistas à formação social, política e filosófica que se contraponha ao modelo vigente.

Sendo assim, o trabalho discute o processo de internacionalização e apresenta os resultados parciais de pesquisa em andamento que tem como objeto o estudo da concepção e as estratégias de internacionalização da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, situada no estado de mesmo nome, na região Centro-Oeste do Brasil. Para tanto, foram analisados os documentos e a legislação nacional que regulam a internacionalização da educação superior, bem como documentos institucionais: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-

2014; Plano de Gestão Institucional; Plano Institucional de Internacionalização (2018-2022); Relatório de Autoavaliação Institucional (2015-2017) e Relatórios de Gestão da UFMS (2000-2017).

Educação Superior em Mato Grosso do Sul: A Criação da UFMS

O estado de Mato Grosso, da mesma forma que as demais unidades da federação no Brasil, a partir de meados dos anos 1960, foi partícipe de um projeto político que visava o desenvolvimento e modernização da nação, por meio da intensificação da industrialização e a formação da força de trabalho na perspectiva científica e técnica, por meio da expansão de instituições de educação superior no país. Foi, contudo, no decorrer dos anos 1970, durante a ditadura cívico-militar, que ocorreu o maior incremento do número de cursos superiores, faculdades e universidades estaduais, como fruto das políticas implementadas pela União. Além disso, o governo nacional também teve participação, neste momento histórico, na criação de diversas instituições, privilegiando a instalação de novas universidades federais, ou federalizando instituições estaduais já existentes.

No caso de Mato Grosso, o processo de instauração de uma universidade registrou uma série de percalços, que repercutiram na instabilidade das instituições criadas. Assim, a instalação em Cuiabá da Faculdade de Direito de Mato Grosso (Lei nº 486, de 09 de setembro de 1952), foi suspensa pelo Decreto nº 2.248, de 07 de novembro de 1955, e novamente reaberta pelo Decreto nº 120, de 05 de setembro de 1956. Em 1961 a instituição foi federalizada pela Lei nº 3.877, tendo sido posteriormente integrada à Universidade Federal de Mato Grosso, criada pela Lei nº 5.647, de 10 de dezembro de 1970 (GIANEZINI, 2009).

Concomitantemente, no Sul do estado, no ano de 1961, foi criada em Campo Grande, por iniciativa da Igreja Católica, uma instituição comunitária pertencente a Congregação Salesiana, a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI), com o propósito de formar professores, por meio da instalação dos cursos de Pedagogia, Letras, Ciência (Biologia e Matemática), História, Geografia, Filosofia e Psicologia (BITTAR; RODRÍGUEZ; ALMEIDA, 2006). No ano seguinte, 1962, um grupo de profissionais de Campo Grande se organizaram para instalar a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, criada pelo governador Fernando Corrêa da Costa (Lei nº 1775, de 9 de novembro de 1962), “[...] para atender múltiplas necessidades econômicas e econômicas do Estado (MATO GROSSO, 1971, p. 2)¹, que foi autorizada para seu funcionamento de forma precária pelo Conselho Federal de Educação.

¹ Esta instituição, em 1969, veio a ser parte da Universidade Estadual de Mato Grosso, que foi posteriormente federalizada com o nome de Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 1979, como será mostrado a seguir.

Ainda na década de 1960, no ano de 1966, pela Lei nº 2629, de 26 de junho, foram criadas duas instituições de educação superior em Mato Grosso, uma em Cuiabá e a outra em Campo Grande: a) o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá (ICLC), que agregou a Faculdade de Educação, Faculdade de Ciências Econômicas e o Curso de Engenharia Civil, situados na capital do estado; b) na cidade de Campo Grande, o Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que absorveu os cursos da Faculdade de Odontologia e Farmácia Bioquímica, além de incorporar o curso de Medicina. Ressalte-se que o curso de Medicina de Campo Grande foi resultado de convênio firmado, em 1966, entre a Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM) e o Ministério de Educação, com objetivo de implantar cinco polos² médicos no Brasil, com o intuito de interiorizar o ensino de Medicina e fixar os médicos no interior do país, porque havia carência de profissionais (BRASIL UNIVERSITÁRIO, 1977).

Já em 1º de abril de 1968 o governador Pedro Pedrossian, pelo Decreto nº 513, aprovou o Estatuto do ICBCG, no qual se estabelecia o novo regime de funcionamento da instituição, de acordo com a diretrizes da legislação nacional. O documento mencionava a questão da internacionalização, referida ao corpo discente. Com efeito, no capítulo primeiro do Título V (Do Corpo Discente), que tratava dos direitos e deveres dos estudantes, recordava-se a possibilidade de obtenção de bolsas no país ou no exterior (artigo 85, item 5): “5. [É facultado ao estudante] Pleitear o aproveitamento de bolsas destinadas a estudos no país e no exterior” (MAYMONE, 1989, p. 235).

No ano de 1967, outrossim, o processo de expansão da educação superior continuou, com a criação pelo governador Pedro Pedrossian, por meio do Decreto nº 402, de 13 de novembro, na cidade de Corumbá, do Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, visando formar professores, com os cursos de Letras, Pedagogia, Ciências, História e Psicologia. No ano seguinte, 1968, na cidade de Três Lagoas, o governo estadual criou o Instituto de Ciências Humanas e Letras, também com cursos para formar professores: Pedagogia, Geografia, Letras, História e Matemática (Lei nº 2.881, de 29 de novembro). No mesmo ano foi criada ainda, na cidade de Dourados, a Faculdade de Agronomia de Dourados, pela Lei nº 2851, de setembro de 1968, segundo Hércules Maymone (1989, p. 245) com o objetivo de “[...] atender a vocação própria de nosso Estado”, a agropecuária.

Visando reunir as instituições de educação superior recém-criadas pelo governo estadual, em 16 de setembro de 1969, pela Lei nº 2.947, o poder legislativo do Estado de Mato Grosso autorizou a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso, que foi instituída pelo governador Pedro Pedrossian pelo Decreto-Lei nº 1.072, de 31 de janeiro de 1970, com sede em Campo Grande. Nessa direção, o Presidente Emilio G. Médici, por meio do Decreto Federal n. 67.484, de 4 de novembro de 1970, autorizou o funcionamento da Universidade Estadual de Mato Grosso, que absorveu os Institutos Superiores de Corumbá, Três Lagoas e Dourados, além das Faculdades e Institutos de Campo Grande:

² Os polos escolhidos eram Manaus, Campina Grande, Londrina, Campos e Campo Grande.

Além de dotar a Secretaria de Educação e Cultura da infra-estrutura necessária, a Lei transformou os estabelecimentos de ensino superior em Centros e Subunidades, denominadas Departamentos.

Desta forma, no “campus” de Campo Grande, foram criados os Centros de Estudos Sociais, Tecnológico, Aplicados e Ciências Biológicas – ex-ICBCG – e, ainda, de Educação Física e Desportos. Três Lagoas, Corumbá e Dourados também ganharam Centros Pedagógicos.

Foram mantidos os Cursos Superiores existentes, em funcionamento, e aqueles que, mesmo originados por Lei, ainda não tinham sido instalados e criados.

A criação do Curso de Engenharia, em Campo Grande, e do Curso de Agronomia em Dourados foram conquistas asseguradas por Lei. (MAYMONE, 1989, p. 254).

Posteriormente foi criada a Unidade de Aquidauana pelo Decreto nº 1.146, de 13 de agosto de 1970, em resposta à demanda local. Com efeito, o vereador Plínio de Arruda Leite, em sessão da Câmara de Vereadores, solicitou em 24 de abril desse ano que fosse criada a Faculdade de Filosofia, em Aquidauana. Este pedido foi encaminhado à Secretaria de Estado de Educação e nesse momento histórico os munícipes se mobilizaram para sua aprovação. Assim foi instalado o Centro Pedagógico de Aquidauana (CPA), integrado à Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), e começou a funcionar com os cursos de Letras e Estudos Sociais. Também foi criado em 5 de maio de 1976 o Centro Pedagógico de Rondonópolis, intimamente associado ao processo de desenvolvimento da cidade. Iniciou suas atividades com os cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais e Ciências Exatas³.

Dando continuidade a este processo de implantação da UEMT, o Governador Pedro Pedrossian, pelo Decreto nº 1.172, de 4 de junho de 1970, aprovou o Estatuto da Universidade Estadual de Mato Grosso. Com relação ao papel social e político-institucional da UEMT, o Estatuto, no artigo 2º, fixava a finalidade da mesma:

- a) Ministrar o ensino superior formando profissionais e especialistas em todos os campos do conhecimento, capacidade de promover o progresso social mediante a aplicação dos recursos da ciência e da técnica;
- b) Estimular a criatividade e realizar pesquisas nas ciências, nas letras e nas artes;
- c) Estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos ou prestação de serviços;
- d) Contribuir para solução dos problemas que interessam o bem estar social e o progresso das universidades e outras instituições científicas e culturais, nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas e privadas, em regime de convênio. (UEMT, 1970, p. 1. Os grifos são nossos.).

Pode-se verificar que o objetivo da instituição basicamente se centrava na formação de profissionais com vistas a prover a força de trabalho para atuar nas atividades econômicas e científicas do estado. Ressalte-se que, na estrutura do documento praticamente não se verifica uma grande ênfase nas questões relacionadas com os vínculos internacionais que a instituição deveria estabelecer com outras organizações acadêmicas estrangeiras. No artigo antes citado, contudo, no item d, se faz menção à internacionalização como uma forma de contribuir com o “progresso” das universidades e outras instituições científicas, por meio da elaboração de convênios.

³ Quando foi realizada a divisão do Estado, em 1977, o Centro Pedagógico de Rondonópolis se integrou à Universidade Federal de Mato Grosso.

Outrossim, no artigo 10º, que fixava as atribuições do Reitor, novamente identifica-se que há uma alusão à questão internacional, ao indicar que o reitor deve, entre outras responsabilidades, “[...] d) firmar convênio entre a Universidade e entidades, instituições públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, com prévia autorização do Conselho Universitário” (UEMT, 1970, p. 5). Da mesma forma na Seção VI, intitulada “Da Pesquisa”, o Estatuto de 1970 determinava, no artigo 40, que a universidade devia incentivar a pesquisa por meio de diversas ações, entre elas aquelas que incentivassem a internacionalização:

Art. 40 – A Universidade incentivará a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, entre os quais os seguintes:

[...]

b) formação de pessoal em cursos de pós-graduação próprios, ou de outras instituições nacionais ou estrangeiras;

[...]

e) Realização de convênios com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, visando a divulgação e a programação de investigação técnica e científica. (UEMT, 1970, p. 11).

Durante o período em que a UEMT manteve-se em funcionamento, era regulamentada pelas diretrizes nacionais em matéria de educação superior e embora sua missão fosse atender os interesses de desenvolvimento regional, a instituição expressava uma singularidade, uma vez que se localizava na região Centro-Oeste, num estado que tinha como limites geográficos dois países, Paraguai e Bolívia. Em que pese essa questão, porém, aparecem poucos registros documentais a respeito de relações envolvendo a universidade e os países mencionados.

Ao contrário, nos documentos consultados com relação aos vínculos internacionais da UEMT, verificou-se no Relatório Anual de 1971 que a instituição havia recebido visitas de personalidades estrangeiras da Europa e Ásia⁴, com vistas a estabelecer intercâmbio científico e cultural:

A Universidade Estadual de Mato Grosso recebeu visitas de pessoas de diversas nacionalidades, dentre as quais se destacaram as dos Cônsules de Alemanha, de Rumênia, da Itália e do Japão, que se prontificaram a estabelecer, através das Embaixadas correspondentes, um intercâmbio científico-cultural com a universidade. (UEMT, 1971, p. 25).

O referido Relatório também registrou a presença, na UEMT, de professores da Argentina que se interessaram pelas atividades desenvolvidas na instituição (UEMT, 1971).

Ainda nos anos 1970, no Relatório da UEMT de 1974, em que pese afirmar-se que o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão “[...] obedece à estrutura de uma universidade/empresa” (UEMT, 1974, p. 1), e ainda salientar que o Plano Integrado de

⁴ Destaca-se que o sul de Mato Grosso, a partir dos anos 1910 e durante a Segunda Grande Guerra, recebeu um importante contingente de cidadãos estrangeiros oriundos do Japão e do Oriente Médio. Mas não há registro de que a universidade tivesse algum vínculo institucional com esses países.

Desenvolvimento havia sido elaborado seguindo um “[...] enfoque sistêmico, [onde] além da economia dos meios de produção obter-se-á o aumento da criatividade pela integração de elementos que interagem num processo dinâmico realizador” (UEMT, 1974, p. 1), tal perspectiva não previa a questão da internacionalização institucional. Com relação a esse aspecto, cita-se no Relatório, entre as atividades realizadas pelo Centro Pedagógico de Corumbá, que no Departamento de Estudos Sociais foram realizadas viagens de estudos a Santa Cruz de la Sierra, cidade situada na Bolívia.

Além disso, no Livro de Atas do Conselho Universitário da UEMT (1973-1979) foram identificadas algumas menções relacionadas com a questão da internacionalização da universidade. Na Ata da Reunião do Conselho Universitário de 30 de abril de 1975 registrou-se uma proposta para fixar um valor financeiro extra para os professores que se deslocavam ao exterior:

João Baptista de Mesquita, conselheiro abaixo assinado, de acordo com o Art. 26, letra A, do Regimento do Conselho Universitário e ouvido o plenário, propõe que seja enviado ao Reitor da UEMT, com cópias para o Chanceler da UEMT, Governador José Garcia Neto, ao Exm^o Sr. Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, proposta de que as bolsas para os professores que se deslocam para o exterior, pela ausência de centro de excelência no país, possam ter acrescidos do equivalente a 400 dólares mensais. (UEMT, 1973-1979, p. 10).

É interessante esta colocação porque manifestava a existência de docentes da universidade que realizavam estudos fora do país. Ocorre que nesse momento o conceito contemporâneo de internacionalização, como uma política de intercâmbio institucional com vistas a propiciar aprofundamento de estudos fora do país, com o objetivo de atender as novas demandas dos avanços científicos e transformações culturais, não estava presente. Pela fala do conselheiro se depreende que a saída de professores para estudar no exterior ocorria quando não havia centros de excelência para formação docente em algumas áreas acadêmicas⁵.

Outro indício de cooperação internacional foi registrado na Ata do 31 de março de 1976 do Conselho Universitário, na qual se fazia menção ao interesse de instalar um curso de Educação Física na Bolívia, argumentando-se que haveria possibilidade de participação da UEMT nesta ação:

O Conselheiro Hércules Maymone, tendo em vista o encontro realizado em Brasília nos dias 18 e 19 de fevereiro do corrente ano, com membros do Ministério de Educação e representantes das Universidade Brasileiras, em decorrência da palestra proferida pelo Diretor do DED, em que cientificava aos presentes da possível criação de uma Faculdade de Educação Física na Bolívia pelo governo de aquele país, solicitou aparte para sugerir que, a responsabilidade do funcionamento do

⁵ Nos documentos analisados foi encontrada apenas uma menção sobre um docente que estava realizando pós-graduação no exterior. No livro de Atas do Conselho de Ensino da Universidade Estadual de Mato Grosso (1975 a 1979), na Ata do dia 21 de março de 1977, identifica-se um docente que solicitava prorrogação para continuar seus estudos: “O Professor Olímpio Crisóstomo Ribeiro solicita continuação dos estudos na Iowa State University. Em discussão no Plenário o Relatório nº 7 (sete) de Atividades apresentado pelo professor Olímpio Crisóstomo Ribeiro, o Plenário resolveu, por unanimidade, autorizar o referido professor a dar continuidade a seus estudos na Iowa State University, com finalidade de conseguir o título de PhD” (UEMT, 1975-1979, p. 24).

curso poderia ser atribuído à UEMT que já possui o curso de Educação Física reconhecido, e que possui um Centro Pedagógico em Corumbá, local onde o referido curso poderia ser ministrado já em uma 2ª. Etapa e concluído em Campo Grande, onde as instalações são plenamente satisfatórias. (UEMT, 1973-1979, p. 90).

Com relação à revalidação de diplomas e certificados estrangeiros, no referido documento encontramos a Ata do dia 19 de setembro de 1977, que registrou a discussão e aprovação da proposta do Parecer nº 15/1977, da Comissão de Legislação e Normas, que havia elaborado as normas para regulamentar a revalidação de diplomas.

Após a divisão do Estado, no ano de 1979, a UEMT foi federalizada por meio da Lei nº 6.674, de 5 de julho, que instituiu a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com sede no município de Campo Grande. A UFMS absorveu o Campus de Campo Grande que era a sede, o Centro Universitário de Aquidauana – CEAU; o Centro Universitário de Dourados – CEUD; o Centro Universitário de Corumbá – CEUC; o Centro Universitário de Três Lagoas – CEUL⁶.

Após sua criação, a aprovação do Estatuto da UFMS só ocorreu em 1982. Nesse documento apareceu uma menção à questão internacional, no Capítulo II, que trata sobre a questão da pesquisa. Assim, no artigo 76, inciso XI, declara-se ser importante o “[...] incentivo à participação de docentes em conclaves nacionais e internacionais” (UFMS, 1984a, p. 24). O mesmo documento, no Título IV (Da Comunidade Universitária), Capítulo I, artigo 88, onde se trata do corpo docente da instituição, contemplava a possibilidade da presença de professor visitante de origem estrangeira:

Art. 88 – O professor visitante, vinculado ou não a outras instituições de ensino superior ou pesquisa, nacionais ou estrangeiras, deve ser especialista de alta qualificação, aferida por sua titulação acadêmica, científica, técnica ou profissional, e fica subordinado a um dos regimes de trabalho com remuneração fixada, em cada caso, pela Universidade, de acordo com as condições do mercado de trabalho. (UFMS, 1984a, p. 26)

Na segunda versão do Estatuto, aprovada em 1984 pelo Conselho Federal de Educação, apareciam novas indicações a respeito de aspectos relacionados com a internacionalização, embora não se verifiquem as questões antes mencionadas. No Capítulo I, Das Finalidades e Objetivos, no artigo 3º, item VII, determinava-se como um dos objetivos da UFMS “[...] cooperar com universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras, estrangeiras e internacionais” (UFMS, 1984b, p. 2). Também no artigo 57, previa-se a revalidação de diplomas estrangeiros.

Com relação à pesquisa, o Estatuto estabelecia no artigo 64 que a universidade incentivaria esta ação por diversos meios e recursos, entre eles se destacava o “[...] máximo

⁶ No decorrer da primeira década dos anos 2000, principalmente após o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), se intensificou o processo de interiorização da instituição, tendo sido criados outros seis *campi* universitários nos municípios de Coxim (2001); Paranaíba (2001); Nova Andradina (2005); Chapadão do Sul (2006); Ponta Porã (2008) e Naviraí (2009).

aproveitamento de recursos especializados locais, regionais, nacionais e internacionais” (UFMS, 1984b, p. 26).

Já na reformulação do Estatuto da UFMS, aprovado em 1994 pelo Ministério de Educação por meio da Portaria nº 1.799, de 27 de dezembro, se estabelecia entre suas finalidades o seguinte: “VII – cooperar com universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras, estrangeiras e internacionais” (UFMS, 1994, p. 2). Também este Estatuto estabeleceu, no artigo 57, que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão poderia realizar “I – revalidação de diplomas estrangeiros” (UFMS, 1994, p. 15). Com relação à pesquisa, o documento, no artigo 64, manteve como diretriz a mesma preocupação em incentivar “[o] máximo aproveitamento de recursos especializados locais, regionais, nacionais e internacionais” (UFMS, 1994, p. 16).

Em vista do que foi discutido até aqui, portanto, desde a sua criação, nos meados dos anos 1960, passando pelo surgimento da UEMT, em 1969, e posteriormente da UFMS, em 1979, a questão da internacionalização não se constituiu como elemento central para a instituição. Apesar disso, principalmente a partir dos anos 1990, a internacionalização ganhou maior destaque, particularmente quando relacionada à pesquisa e pós-graduação. Tal quadro somente veio a se alterar no século XXI, particularmente a partir dos anos 2010, como se demonstrará a seguir.

Planejamento Institucional: Fundamentos da Internacionalização da UFMS 2010-2014

Denotando essa maior proximidade com a proposta de internacionalização da educação superior, aparecia no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMS referente ao período 2010-2014, já na abertura do documento, que a missão da instituição era

Desenvolver, difundir e socializar o conhecimento por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços e promover a formação integral e permanente dos cidadãos, preparando-os para que possam intervir e atuar com dinamismo no processo de desenvolvimento local, regional, nacional e *internacional*. (UFMS, 2010, p. 8. Os grifos são nossos.)

Como frisado anteriormente, nesse documento afirmava-se que o espaço universitário, e as atividades que se desenvolviam na instituição, contribuía para a construção de conhecimento, bem como para o desenvolvimento econômico e social, já atentando para a esfera internacional de sua atuação. Nesse sentido, a instituição entendia ser importante desenvolver o processo de internacionalização uma vez que “[...] que a internacionalização acadêmica é um eixo fundamental que complementa o ensino, pesquisa, e extensão e traz como resultado a qualificação institucional, contribuindo eficazmente para se criar a Universidade sem fronteiras” (UFMS, 2010, p. 29).

Além disso, o PDI 2010-2014, no item 2.1, que tratava da inserção social da Universidade, explicitava que a UFMS contava com diversos convênios de cooperação internacional com instituições universitárias estrangeiras, entendidos como mecanismos estratégicos para desenvolver a capacitação profissional dos alunos de graduação e pós-graduação:

No campo das relações internacionais, a UFMS considera estratégica a consolidação dos acordos de cooperação científica e tecnológica e dos intercâmbios acadêmicos e de interação cultural que possibilitam criar oportunidades de aprimoramento profissional e capacitação aos estudantes de graduação, graduados e pós-graduandos. (UFMS, 2010, p. 29).

As instituições de educação superior que faziam parte desses convênios pertenciam a diversos países, num espectro bastante ampliado se comparado com o momento histórico anterior: Argentina, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Portugal e República Tcheca⁷.

O referido PDI menciona também que a UFMS participava do EUBrazil, uma plataforma privada que possibilitava estabelecer uma rede de contatos entre Europa e Brasil, cuja sede se encontra em Bruxelas. A mesma foi “[...] criada com o objetivo de apoiar o desenvolvimento das relações comerciais entre a UE e o Brasil e, ao mesmo tempo, promover o intercâmbio político e cultural” (EUBRAZIL, [2018]). A associação envolve lideranças empresarias, membros da academia e formadores de opinião brasileiros e europeus, além de membros do Parlamento Europeu e do Congresso Nacional, que participam na discussão e decisão a respeito da atividade econômica e política dos países envolvidos. Em 2010 participavam do EUBrazil onze universidades brasileiras⁸ e oito Universidades da Europa⁹, que ofereciam bolsas de estudo para alunos da graduação, graduados, doutorandos e pós-doutorandos, bem como para professores e técnicos.

Outra estratégia de internacionalização que mencionava o PDI 2010-2014 da UFMS era o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G, disponível graças a um Protocolo de Adesão da instituição com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação. O programa foi criado durante a ditadura militar (Decreto nº 55.613, em 1965), sendo que em 2013 foi novamente regulamentado com o Decreto nº 7.948. Oferece vagas

⁷ Entre as instituições de educação superior citadas estavam a Universidade Nacional de Linguística San Juan Bosco – Argentina; Universidade de Alcalá – Espanha; Universidade de Córdoba – Espanha; Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill – Estados Unidos; Universidade da Geórgia – Estados Unidos; Universidade da Virgínia – Virginia Bioinformatics Institute – Estados Unidos; Universidade de Haute Bretagne Rennes – França; Universidade Denis Diderot – França; Universidade de Turim – Itália; Universidade de Coimbra – Portugal e Universidade de Zlin – República Tcheca (UFMS, 2010).

⁸ Universidade de São Paulo/USP, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Universidade de Brasília/UnB, Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Universidade Federal de Pará/UFPA, Universidade Federal de Rio Grande do Sul/UFRGS, Universidade Federal de São Carlos/UFSC, Universidade Federal de Rio de Janeiro/UFRJ, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS e Universidade Católica de Paraná/PUC-PR (EUBRASIL, [2018].).

⁹ Politecnico di Torino – Itália, CTU; Czech Technical University – Praga, República Tcheca; Grenoble Institute of Technology – França; Instituto Superior Técnico – Lisboa, Portugal; KTH – Royal Institute of Technology of Stockholm – Suécia; Libera Università di Lingue e Comunicazione di Milano – Itália; Universitat Linguística de Catalunya e Universidad Politécnica de Madrid – Espanha (*Idem*).

gratuitas a estudantes dos países em desenvolvimento que mantém acordo educacional, científico-tecnológico e ou cultural com o Brasil, e possibilita a realização de estudos de graduação nas instituições brasileiras de educação superior. O mesmo Decreto previa ainda a oferta de bolsas (BRASIL, 2013). Assim, o PEC-G na UFMS atendia alunos provenientes de países latino-americanos, de língua portuguesa, e outros países em desenvolvimento, em especial estudantes provenientes da África (UFMS, 2010).

Ressalta-se ainda que no planejamento da instituição estava prevista a intensificação do processo de mobilidade acadêmica. Para tanto, o item 1.4 – Diretrizes, programas e metas institucionais estabelecia, na diretriz 4 – Mobilidade intra e interinstitucional, uma série de metas destinadas a propiciar a mobilidade de estudantes, professores e técnicos. Também previa a criação de um órgão que seria o Comitê Gestor do Programa de Mobilidade Estudantil da instituição, além de explicar algumas metas vinculadas com a internacionalização:

Ampliar a mobilidade acadêmica de alunos de graduação e pós-graduação, de professores e técnicos em nível internacional (América do Sul, África, China, Índia, etc.), além das mobilidades tradicionais: Europa e América do Norte.
Participar de consórcios (projetos) de mobilidade acadêmica internacional.
Incentivar o estabelecimento de convênios com Universidades estrangeiras, atrelados a existência de um Plano de Trabalho coordenado por um pesquisador da UFMS que conduzirá as atividades de mobilidade, pesquisa, etc.
Realizar a divulgação e viabilizar bolsas de mobilidade, financiadas por organismos internacionais e nacionais, para alunos, professores e técnicos administrativos da UFMS. (UFMS, 2010, p. 13).

O Plano previa, assim, o desenvolvimento de ações tendentes a materializar e intensificar o intercâmbio internacional, entre elas se destacavam os convênios com as universidades estrangeiras e a previsão de bolsas financiadas por organismos internacionais, atreladas às pesquisas que realizavam os professores da instituição.

Estas estimativas de ações foram modificadas um ano depois, contudo, quando foi alterado o PDI 2010-2014, por meio do realinhamento aprovado pela Resolução nº 085/2011 – COUN, que introduziu novas metas, porém com uma ênfase muito menos acentuada na internacionalização, conforme pode ser visto pelo quadro 1.

Quadro 1. Programas e metas para mobilidade intra e interinstitucional na UFMS – 2010 a 2014

Programas	Previsão de Metas	Período					Indicador de Desempenho
		2010	2011	2012	2013	2014	
Mobilidade estudantil	Normatizar, no âmbito da UFMS, os procedimentos para a mobilidade estudantil nacional.	-	-	1	-	-	Procedimentos normatizados
	Normatizar, no âmbito da UFMS, os procedimentos para a mobilidade estudantil internacional.	-	1	1	-	-	
	Ampliar a oferta de vagas para mobilidade estudantil nacional.	-	92	96	101	108	Estudantes atendidos

Ampliar a oferta de bolsas para mobilidade estudantil nacional.	-	12	14	16	20	
Estabelecer acordos de cooperação, convênios e ou parcerias com universidades ou centros de pesquisa nacionais.	-	1	3	5	10	Acordos, convênios e ou parcerias celebradas
Ampliar a oferta de vagas para mobilidade estudantil em âmbito internacional.	-	40	60	60	60	Estudantes atendidos
Ampliar a oferta de bolsas para mobilidade estudantil em âmbito internacional.	-	30	40	40	40	
Estabelecer acordos de cooperação, convênios e/ou parcerias com unidades ou centros de pesquisa internacionais.	-	10	10	10	10	Acordos, convênios e ou parcerias celebradas

Fonte: UFMS. **Plano de Desenvolvimento Institucional Realinhado 2011a**, p. 16.

O PDI modificado em 2011, na Diretriz 6 – Expansão e Fortalecimento da Pesquisa, Pós-Graduação, Tecnologia e Inovação e Suporte da Pós-Graduação ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Qualitativo dos cursos de Pós-Graduação, vinculou o Programa Inovação Tecnológica e Interação UFMS/Empresas à meta relacionada com a internacionalização, determinando que seria necessário “Incentivar e apoiar a participação de docentes em eventos acadêmicos e científico-tecnológicos, enfatizando aqueles cujos resultados poderão ser publicados em revistas científicas e em anais de âmbito nacional e/ou internacional” (UFMS, 2011a, p. 25). Como se pode verificar, a questão da internacionalização parece estar atrelada não somente a um empreendimento tecnológico, mas se agregou a ela a questão da inovação, o que sugere a importância que vem adquirindo para as IES, na perspectiva de internacionalização, as parcerias com os setores privados.

O referido documento destaca ainda a relação com os países limítrofes por meio de ações de cooperação. No item. 2.4 – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação, salienta a importância de estabelecer planos que envolvam ações para promover intercâmbio com Paraguai e Bolívia, em questões relacionadas a trocas linguísticas, literárias e culturais, e não somente vinculadas às atividades comerciais:

Também não se pode deixar de lado a extensa faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul com os países vizinhos, Paraguai e Bolívia. O intercâmbio não somente econômico com esses países, mas também as trocas linguísticas, literárias e culturais devem estar na pauta das pesquisas da UFMS e na estruturação de programas de pós-graduação *stricto sensu* que envolvam planos de cooperação internacional. (UFMS, 2011a, p. 53).

Na mesma direção de ampliar os esforços de internacionalização na UFMS, no item 3.5 – Avanços tecnológicos, o referido documento salienta a necessidade de instituir políticas inovadoras, relacionadas com os planos de estudos, visando preparar os alunos para compreender e dominar os novos paradigmas tecnológicos. Para tal, apontava as ações que estavam sendo desenvolvidas na instituição nesse sentido, tais como: a) Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento, vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do

programa de Mestrado em Engenharia Elétrica; b) Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia; c) Base de Estudos do Pantanal; d) oferta dos Cursos Superiores em Tecnologia nas áreas: Redes de Computadores, Eletrotécnica Industrial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Processos Gerenciais; e) novos doutorados em Tecnologias Ambientais, Ciência da Computação e Ciência Animal; f) Centro Tecnológico de Eletrônica e Informática de Mato Grosso do Sul (CTEI-MS); g) Pantanal - Incubadora Mista de Empresas da UFMS. Ora, este empreendimento tem por “[...] Objetivos apoiar a formação e consolidação de empresas mistas caracterizadas pelo conteúdo inovador, contribuindo para o desenvolvimento do mercado brasileiro e *internacional*, de modo a assegurar seu fortalecimento e melhoria do seu desempenho” (UFMS, 2011a, p. 72. Os grifos são nossos.).

Nestes itens mencionados se evidencia que o foco da UFMS é o desenvolvimento tecnológico e econômico da região na qual está inserida a instituição, ressaltando sua vocação e vínculo com as atividades produtivas e empresariais, para promover o mercado brasileiro e internacional¹⁰.

Estratégias de Internacionalização Materializadas pela UFMS no Período 2010-2014

a) Marco normativo

Como demonstrado no quadro 1, a UFMS previu, no PDI 2010-2014, a meta “Normatizar no âmbito da UFMS os procedimentos para a mobilidade estudantil internacional” (UFMS, 2011a, p. 16), elemento importante para consolidar a internacionalização da instituição, uma vez que visava estabelecer um marco legal e uma estrutura de gestão para promover as ações de internacionalização.

No decorrer do período de 2010-2014 foi se consolidando essa estrutura formal de gestão. Para tal, segundo o Relatório de Gestão do Exercício de 2011, foi elaborado o documento “Acordo de Intenções”, que define os procedimentos de mobilidade estudantil internacional (UFMS, 2011b). Da mesma forma, ainda no plano da gestão, o que se percebe é a crescente complexificação da estrutura administrativa referente à questão da internacionalização. Assim, a primeira estrutura especificamente voltada para tratar de internacionalização se expressou pela nomeação, em 2 de fevereiro de 2009, de um assessor junto à Reitoria para tratar do tema. Dois anos depois, em 1º de julho de 2011, foi criada a Chefia de Relações Internacionais, que também funcionava junto à Reitoria, e que foi substituída em 2013 pela Coordenadoria de Relações Internacionais, ainda diretamente ligada à Reitoria da UFMS, que passou a gerir convênios e programas relacionados com a área.

¹⁰ Salientamos ainda que no ano de 2015 foi elaborado um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019), mas que não será abordado neste trabalho. Esse documento, entretanto, mantém grande parte das metas mencionadas no plano anterior, com relação à internacionalização.

Entre as diversas competências destes organismos institucionais se destacavam:

- estabelecer relações institucionais junto às agências e outras entidades de fomento, nacionais e internacionais;
- promover o intercâmbio científico, tecnológico, cultural, artístico, filosófico, empreendedor e inovador entre a Universidade e outros órgãos nacionais e internacionais, dando apoio a docentes, pesquisadores, alunos e técnicos interessados;
- estabelecer convênios, parcerias, acordos de cooperação e intercâmbio com instituições de ensino, pesquisa, extensão, inovação, empreendedorismo e fomento nos mais diversos países, auxiliando os corpos docente, discente e técnico-administrativo na busca de oportunidades acadêmicas e de aprimoramento profissional no exterior. (UFMS, 2018).

Dessa forma, pode-se afirmar que entre os anos 2010 a 2014 não havia, além daquilo que estava expresso no PDI, marcos institucionais claros que regulamentassem a internacionalização dentro da UFMS.

Ao contrário, a universidade se organizou lentamente em função de criar um marco normativo para coordenar e sistematizar a internacionalização da instituição. Este processo se manifestou especialmente no período seguinte, no final do ano de 2017, como consequência das mudanças introduzidas pela principal agência de fomento da pós-graduação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

De fato, as diretrizes da CAPES alteraram as formas de financiamento da pós-graduação, incluindo a promoção da internacionalização dos programas de pós-graduação como um dos requisitos avaliativos. Esse fato provocou alterações na UFMS¹¹, que passou a reorganizar-se para ampliar a institucionalidade do processo de internacionalização em curso na instituição.

b) Mobilidade de estudantes e docentes

Indiscutivelmente, essa foi a área da internacionalização em que mais se avançou, o que fica explicitado pelo quadro 2. Conforme os dados do Relatório de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2010-2014 – com relação à meta de “Ampliar a oferta de vagas para mobilidade estudantil em âmbito internacional” (UFMS, 2015), se verifica que houve movimentação de estudantes de graduação e pós-graduação, por meio da oferta de uma vaga para estágio de curta duração e 45 vagas, no ano base 2014, para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G (já citado anteriormente), embora o documento não identifique os países dos quais vieram os referidos estudantes.

¹¹ Com efeito, nesse processo de indução, principalmente a partir de 2017, a CAPES deixou de priorizar projetos individuais de pesquisadores que concorriam a Editais/CAPES para realizar estudos e pesquisas no exterior e passou a financiar projetos apresentados e coordenados pelas instituições universitárias.

De acordo com o Relatório, também se mobilizaram 15 alunos de pós-graduação para realizar estudos na UFMS nas áreas de Ciência Animal, Química, Ecologia, Tecnologia Ambiental, oriundos de Moçambique, Índia, Cuba, Portugal, Colômbia e Haiti (Porto Príncipe):

2 alunos em pós-graduação em Ciência Animal (de Moçambique); 3 alunos em pós-graduação em Química (1 mestrando de Moçambique e 2 pós-doutorandos da Índia); 3 alunos em pós-graduação em Ecologia (1 doutorando de Cuba e 2 pós-doutorandos de Colômbia e Portugal); 1 aluno em pós-graduação - Tecnologias Ambientais (de Porto Príncipe). (UFMS, 2015, p. 16).

Com relação à meta de “Ampliar o número de bolsistas na mobilidade estudantil em âmbito internacional”, o referido Relatório informa que pelos Programas Santander Luso-Brasileira e Ciências sem Fronteiras, se mobilizaram estudantes para diversos países:

Alunos UFMS em mobilidade para o exterior: 5 pelo Programa Santander Luso-Brasileiras, 49 terminando o período de mobilidade pelo Ciências sem Fronteiras – CSF (iniciado em 2013), 185 pelo CSF iniciados em 2014, 1 em mobilidade sem bolsa para Portugal. (UFMS, 2015, p. 16).

Quanto à meta que previa “Estabelecer acordos de cooperação, convênios e/ou parcerias com universidades ou centros de pesquisa em âmbito internacional”, o Relatório de Avaliação do PDI do período 2010-2014 informa que foram estabelecidos convênios e parcerias com 17 países, utilizando-se o Programa Ciências sem Fronteiras; pelo Programa Santander Luso-brasileiras se realizou convênio com duas universidades de Portugal; pelo Programa Erasmus Mundus EBW+ se estabeleceram convênios com nove universidades europeias; o Programa Erasmus Mundus Ibrasil permitiu convênios com sete universidades da Europa, além de que também se destacam três Protocolos de Intenções firmados com o Japão, Hungria e Itália. Além disso, a UFMS se vinculou com duas associações: a Associação Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

Entre os programas anteriormente mencionados, merece atenção especial o Programa Ciência sem Fronteiras, uma das mais ambiciosas ações do governo federal, com o objetivo de formação de quadros no exterior.

Quadro 2. Internacionalização: Mobilidade e oferta de vagas em âmbito internacional na UFMS – 2010 a 2014

Ano base	Metas	Realizações
2010	Ampliar a mobilidade acadêmica de alunos de graduação e pós-graduação, de professores e técnicos em nível internacional	Convênio Erasmus Mundus - 8 discentes (7 graduandos e um pós-doutorando); um técnico-administrativo.
2011	Ampliar a oferta de vagas na UFMS para mobilidade estudantil em âmbito internacional.	Programa de Incentivo à Formação Científica de Alunos de Angola e Moçambique (CAPES) – 8 acadêmicos. Programa de Mobilidade Mercosul – 5 acadêmicos. Programa Capes Fipse – FAMEZ - 3 acadêmicos.

		Convênio cultural e cortesia - 37 estudantes.
	Ampliar o quantitativo de bolsistas para mobilidade estudantil em âmbito internacional.	Ciência sem Fronteiras – 14 discentes (13 graduandos e um doutorando) Santander Top Espanha - 2 alunos. Programa de Mobilidade Mercosul – 3 bolsas. Programa Capes Fipse – FAMEZ - 3 acadêmicos.
	Ampliar o quantitativo de docentes para mobilidade em âmbito internacional.	Programa Santander Top Espanha -- um professor
2012	Ampliar a oferta de vagas da UFMS para mobilidade estudantil em âmbito internacional.	Programa de Incentivo à Formação Científica de Alunos de Angola e Moçambique (CAPES) – 8 acadêmicos. Programa de Mobilidade Mercosul – 9 acadêmicos. Programa Capes Fipse – Veterinária - 6 acadêmicos. Convênio cultural e cortesia - um estudante (docente).
	Ampliar o número de bolsistas na mobilidade estudantil em âmbito internacional	Ciência sem Fronteiras – 46 discentes Santander Luso-Brasileiras - 5 alunos. Santander Top Espanha II – 2 alunos. Programa de Mobilidade Mercosul – 6 bolsas. Intercâmbio com Bolívia - 40 alunos
	Ampliar o quantitativo de docentes para mobilidade em âmbito internacional.	Santander Top Espanha II – um docente.
2013	Ampliar a oferta de vagas na UFMS para mobilidade estudantil em âmbito internacional	PEC-G e Programa de Mobilidade Mercosul – 49 discentes.
	Ampliar o número de bolsistas na mobilidade estudantil em âmbito internacional	Programa Ciências sem Fronteiras – 28 bolsas.
2014	Ampliar a oferta de vagas na UFMS para mobilidade estudantil em âmbito internacional.	Programa de Incentivo à Formação Científica de Alunos de Angola e Moçambique (CAPES) – 45 acadêmicos. PEC-PG – 9 pós-graduandos. 1 professor para estágio de 1 mês (da Espanha); 45 vagas
	Ampliar o número de bolsistas na mobilidade estudantil em âmbito internacional	Ciência sem Fronteiras – 185 discentes Santander Luso-Brasileiras - 5 alunos. Intercâmbio sem bolsa - um aluno.

Fontes: UFMS. **Relatório de avaliação – PDI 2010-2014** – Ano base 2010; UFMS. **Relatório de avaliação – PDI 2010-2014** – Ano base 2011; UFMS. **Relatório de avaliação – PDI 2010-2014** – Ano base 2012; UFMS. **Relatório de avaliação – PDI 2010-2014** – Ano base 2013; UFMS. **Relatório de avaliação – PDI 2010-2014** – Ano base 2014.

Dessa forma,

[...] o CsF (BRASIL, 2011) [...] [foi] uma política que contou com a ação integrada do MEC e do MCTI e seus órgãos de fomento (Capes e CNPq, respectivamente), com vistas à internacionalização do saber científico, [...] lançado em 2011 pelo governo federal brasileiro. Para “promover a consolidação, extensão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”, o programa centrou suas ações de investimento na promoção de inserção internacional das instituições brasileiras, por meio de seus alunos e cientistas, em instituições estrangeiras, bem como a recepção de talentos estrangeiros para período de permanência no Brasil. A meta de oferecer 101.000 bolsas (75.000 financiadas com recursos do governo federal e 26.000 da iniciativa privada) foi alcançada ao final do período de vigência inicial do programa (2015). Segundo dados disponíveis na página eletrônica do CsF, ele já havia distribuído 92.880 bolsas, sendo 73.353 para graduação sanduíche, 9.685 para doutorado sanduíche, 3.353 para doutorado pleno,

4.652 para pós-doutorado, 775 para pesquisador visitante especial, 558 para mestrado e 504 para a atração de jovens talentos. (PAIVA, 2017, p. 74).

Também usando os dados de 2015 da UFMS, percebe-se a importância do Programa Ciência sem Fronteiras para a mobilidade docente e discente na instituição: considerando apenas a mobilidade discente, enquanto cinco estudantes deslocaram-se para o exterior em outros convênios, como o Programa Santander Luso-brasileiras, 49 discentes em 2013 e 185 em 2014 utilizaram o Programa Ciências sem Fronteiras, em 17 distintos países¹².

Outro programa voltado à mobilidade discente foi o Erasmus Mundus, programa de cooperação criado em 2004, financiado pela União Europeia, que tem por objetivo promover o desenvolvimento de pesquisas científicas, oferecendo bolsas a alunos de instituições de educação superior brasileiras para cursar mestrado e doutorado em universidades da Europa. Também financia a mobilidade de professores, além de oferecer bolsas de intercâmbio e sanduíche.

No programa Erasmus Mundus, a mobilidade acontece por meio de parcerias entre instituições europeias e de outras zonas geográficas, priorizando algumas temáticas de relevância para as regiões em questão. No caso da América Latina, no período 2009-2013, havia dois grupos de universidades brasileiras e associações¹³ envolvidas no Programa, organizadas em cinco consórcios, que incluíam também instituições do Paraguai e Uruguai. A UFMS era membro deste conglomerado institucional (IBRASIL, [2018]).

Nesse contexto, na segunda fase do Programa foi criado o Projeto Brasil Abrangente e Inovador (IBRAS-Treinar) que visa formar

[...] uma nova geração de professores, engenheiros e pesquisadores altamente qualificados que estejam abertos a valores adicionais e à inovação social e tecnológica;
- Promover programas conjuntos sustentáveis e pesquisas em comum, envolvendo estudantes, corpo docente e pesquisadores brasileiros e europeus;

¹² E isso apesar de severas críticas que recaíram sobre o Programa Ciências sem Fronteiras, por exemplo, ao impedir o deslocamento de estudantes de Ciências Humanas, por meio do Programa (PAIVA, 2017).

¹³ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES), Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RGS), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Estadual de Paraíba (UEPB), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Ceará (UFC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Maranhão, (UFMA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de Passo Fundo (UPF) e Universidade de São Paulo (USP).

- Aumentar a colaboração entre as Instituições de Ensino Superior europeias e brasileiras, além de promover ferramentas que possibilitam a cooperação internacional e o reconhecimento acadêmico das mobilidades dos estudantes. (IBRASIL, [2018]).

Este Programa busca contribuir com a formação de pesquisadores e desenvolver estudos inovadores nas áreas tecnológicas, e mais especificamente nas engenharias.

Outra iniciativa foi o Programa de Incentivo à Formação Científica de Estudantes de Cabo Verde, Moçambique e Angola (Capes/PIFC), que até o ano de 2014 oferecia bolsas de iniciação científica em nível de graduação e capacitação aos estudantes para que contribuíssem com o desenvolvimento de seus países de origem. Segundo os Relatórios, a UFMS recebeu estudantes de Moçambique, Angola e Cabo Verde¹⁴.

Com relação à cooperação entre os países do Mercosul, em 2012 foi criado o Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL (SIMERCOSUL), que visa promover, aperfeiçoar, e coordenar iniciativas de mobilidade acadêmica na área da educação. Nesse contexto foi instituído o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA), e a UFMS providenciou 49 vagas para estudantes, mas nos relatórios não há registro a respeito de seu preenchimento.

Os Relatórios também mencionam o convênio Capes Fipse – FAMEZ, que foi desativado. Tratava-se de um Programa de Consórcios em Educação Superior entre Brasil e Estados Unidos, fruto do acordo entre a CAPES e o Fund for the Improvement of Post Secondary Education (Fipse) do Departamento de Educação dos Estados Unidos. O Programa foi criado em 2007 com o propósito de apoiar a inserção dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras em âmbito internacional. Para tanto, se propunha a modernização curricular, o reconhecimento mútuo de créditos e o intercâmbio docente/discente. A UFMS teve alunos selecionados neste Programa nos anos 2011 (seis estudantes) e 2012 (seis estudantes).

Outro elemento que se destaca no PDI 2010-2014 da UFMS, no tocante à internacionalização, era a meta de “Incentivar e apoiar a participação de docentes em eventos acadêmicos e científico-tecnológicos, enfatizando aqueles cujos resultados poderão ser publicados em revistas científicas e em anais de âmbito nacional e/ou internacional”. Segundo o Relatório de 2015, se verifica a menção de apoio por parte da instituição, porém não há dados concretos que permitam identificar claramente o tipo de apoio que foi oferecido: “Foram apoiados o contingente exposto de docentes em eventos no contexto da inovação, tecnologia e empreendedorismo” (UFMS, 2015, p. 29).

¹⁴ De acordo com Morais (2013), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por meio do convênio PEC-G: Cabo Verde, havia selecionados 29 estudantes. No ano de 2012, entretanto, a UFMS informava que recebeu a visita de cinco estudantes de Angola e três de Moçambique, que durante dois meses desenvolveram atividades ligadas ao empreendedorismo, inovação e tecnologia (UFMS, 2012b).

Conforme os Relatórios de Avaliação do período 2010-2014 (quadro 2), com relação à mobilidade de estudantes, professores e técnicos, verificamos que houve um crescimento desse processo de mobilidade, vinculado a programas nacionais ou internacionais aos quais o Brasil e a UFMS em particular aderiram, na perspectiva de se incorporar ao desenvolvimento científico e tecnológico mundial. As práticas de internacionalização produzidas no interior da UFMS foram produto fundamentalmente da indução das políticas nacionais mediadas pelas agências de financiamento tais como a Capes e CNPq, e em menor medida também por fundações e/ou associações internacionais vinculadas à iniciativa privada.

No tocante às vagas e participação de estudantes estrangeiros nos cursos de graduação da UFMS os dados sistematizados nos documentos Informações Estatísticas 2009-2011 (UFMS, 2013) e Informações Estatísticas 2012-2014 (UFMS, 2014), revelam que a maioria dos estudantes estrangeiros que ingressaram na instituição provem do Programa PEC-G, reproduzido mais recentemente para a pós-graduação, o PEC-PG, ambos mantidos pela CAPES. O maior contingente de alunos vem de países africanos de língua portuguesa, principalmente de Guiné-Bissau, com 54 alunos; e Angola, com 14 discentes, entre 2009 e 2014. O segundo grupo era formado pelos latino-americanos, liderados pelo Paraguai, com 43 discentes, entre 2009 e 2014. Em relação ao destino desses estudantes, mais da metade dos guineenses (30 alunos no total) realizaram sua graduação no Centro de Ciências Humanas e Sociais, enquanto o maior contingente de paraguaios estava na Faculdade de Medicina (18 alunos).

Complementarmente, informe-se que de acordo com as informações estatísticas no período 2009-2014, a participação de alunos nos cursos de graduação oriundos de outros países da América Latina, excetuando-se o Paraguai, era pouco expressiva, se comparado com os estudantes que pertenciam a países da África, devido aos acordos de cooperação assinados pelo Brasil, em especial para com os países africanos de língua portuguesa.

Ao mesmo tempo, no entanto, nos fundamentos do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010-2014 (UFMS, 2011), se expressa a virtual importância da integração regional, e da criação de vínculos com os países latino-americanos em termos de desenvolvimento de pesquisa e ensino: como se pôde verificar nos dados disponíveis, contudo, observa-se que a UFMS somente recebeu alunos de países limítrofes, tais como Paraguai, Peru e Bolívia. Não se registraram vínculos com os outros países do Mercosul, apesar de que exista vários documentos nacionais que regulamentavam os acordos internacionais entre os países membros do Mercosul para promover a mobilidade de estudantes e docentes. Outro ângulo a ser considerado na mobilidade estudantil promovida pela UFMS é que os alunos estrangeiros realizaram cursos vinculados às áreas das ciências da saúde, ciências biológicas e tecnologias (cerca de 59,0%), embora também se registraram alunos nas áreas de ciências humanas e sociais, como afirmado anteriormente (cerca de 31,0% das ocorrências, considerando-se que não são informados os cursos dos alunos que se dirigiram aos *campi* do interior do Estado). No entanto, pode-se trabalhar com a hipótese de que esse número talvez seja maior, uma vez que no interior a maior parte dos cursos oferecidos pela UFMS são da área de ciências humanas e sociais.

c) Convênios Internacionais

Um elemento relevante relacionado com a internacionalização universitária se refere aos convênios e instituições que participam das parcerias. A seguir apresenta-se a evolução destes convênios (quadro 3).

Quadro 3. Convênios com instituições estrangeiras – UFMS – 2010-2014

Ano Base	Metas	Realizações
2010	Incentivar o estabelecimento de convênios com Universidades estrangeiras, atrelados à existência de um Plano de Trabalho coordenado por um pesquisador da UFMS que conduzirá as atividades de mobilidade, pesquisa, etc.	Convênios já existentes: Portugal (Coimbra); Argentina (Patagonia San Juan Bosco) Convênios de cooperação mútua internacional: Universidad Autónoma de Barcelona – Argentina; Corporação Andina de Fomento (CAF); Instituto Politecnico de Turim – Itália; State University of New York – EUA
2011	Estabelecer acordos de cooperação, convênios e/ou parcerias com unidades ou centros de pesquisa em âmbito internacional.	Acordos de cooperação com as seguintes universidades: Universidade de Hubei (China); Universidade de Kochi (Japão); Universidade de Salamanca (Espanha)
2012	Estabelecer acordos de cooperação, convênios e/ou parcerias com universidades ou centros de pesquisa em âmbito internacional.	Acordos estabelecidos, no ano: EUA (Texas A&M e Washington University); Japão (Kochi University); Bolívia (Rene Moreno); Espanha (Salamanca); Portugal (Nova Lisboa, Aveiro, Porto, Setúbal, Algarve e Instituto Superior Técnico); Alemanha (Karlsruhe); Paraguai (Nacional de Pilar e Politécnica e Artística de Paraguai); Itália (Università degli studi di Torino); Argentina (Universidad de Rosario)
2013	Estabelecer acordos de cooperação, convênios e/ou parcerias com universidades ou centros de pesquisa em âmbito internacional.	Celebração de protocolos de intenções firmados com a China (Hubei University), Argentina (Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires), EUA (Universidade de Washington), Itália (Università degli Studi di Torino)
2014	Estabelecer acordos de cooperação, convênios e/ou parcerias com universidades ou centros de pesquisa em âmbito internacional.	Protocolos de Intenções firmados com Japão (Kochi University), Hungria (Elte University) e Itália (Università degli Studi di Torino - renovado); Associação a dois grupos: Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Fontes: UFMS. **Relatório de avaliação – PDI 2010-2014** – Ano base 2010; UFMS. **Relatório de avaliação – PDI 2010-2014** – Ano base 2011; UFMS. **Relatório de avaliação – PDI 2010-2014** – Ano base 2012; UFMS. **Relatório de avaliação – PDI 2010-2014** – Ano base 2013; UFMS. **Relatório de avaliação – PDI 2010-2014** – Ano base 2014.

Como já mencionado anteriormente, pode-se verificar que a instituição teve durante o período de vigência do PDI 2010-2014 um aumento de convênios com instituições universitárias, em especial, como consequência da adesão a programas promovidos pelo Ministério de Educação. Entre os países com os quais se estabeleceu parcerias e ou consórcios, se destacam os convênios com universidades dos Estados Unidos, países europeus (Espanha, Portugal, Alemanha, Itália, etc), países latino-americanos como Argentina, Bolívia e Paraguai, além de países da Ásia, como China e Japão, e África.

Com relação aos Programas mencionados nos Relatórios, que demandaram acordos internacionais envolvendo a UFMS, destacam-se os seguintes: Erasmus Mundus; Projeto Capes: Programa de Incentivo à Formação Científica de Alunos de Angola e Moçambique; Programa de Mobilidade Mercosul; Capes Fipse – FAMEZ; Zicosur; Santander Luso-Brasileira; Programa Ciência sem Fronteiras; Santander Top Espanha e PEC-G.

Nesse sentido, a UFMS fechou convênios com nove universidades pelo Programa Erasmus Mundus EBW+: com a Universidade do Porto como instituição coordenadora, e Technische Universität Dresden, Alemanha; Universitat Politècnica de València, Espanha; Université de Rouen, França; Université Lille, França; Università degli studi di Roma "La Sapienza", Itália; Riga Technical University, Letônia; Università ta' Malta, Malta; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal; e Uppsala Universitet, Suécia. Além dessas, outras sete universidades foram acessadas por meio do programa Erasmus Mundus Ibrasil: a Université Lille, instituição coordenadora, e Universidade do Porto e Hochschule Darmstadt, Alemanha; University of Patras, Grécia; Università degli Studi di Roma "Tor Vergata", Itália; University of Luxembourg, Luxemburgo; Universitatea Babeş-Bolyai, România; University of Žilina, Eslováquia e Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha.

Outro elemento de destaque foi a mobilidade em âmbito internacional viabilizada pelo programa Ciências Sem Fronteiras, que permitiu o deslocamento de discentes para 17 países: Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Escócia, Espanha, EUA, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Irlanda, Itália, Japão, Nova Zelândia, Portugal e Reino Unido. No caso do Programa Santander Luso-brasileiras foram acessadas duas universidades em Portugal (Universidade de Coimbra e Universidade do Porto).

Percebe-se, portanto, a ampliação das demandas em torno da internacionalização, tanto aquelas decorrentes do deslocamento de pesquisadores e acadêmicos para o exterior; como aquelas advindas dos alunos provenientes de outros países que demandam a UFMS para sua formação, seja na graduação, seja na pós-graduação.

Considerações Finais: o Futuro da Internacionalização na UFMS

Embora a internacionalização tenha sido uma questão discutida em distintos momentos da história da educação superior, foi somente entre os anos 1990 e 2000 que se percebem iniciativas mais claras na direção de tornar a internacionalização uma ação constante e complementar ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Também no caso da UFMS, sobretudo a partir do PDI 2010-2014, ficou expressa uma intencionalidade em incentivar a internacionalização, sendo que sua concepção e fundamentação baseiam-se no entendimento de transferência de conhecimento, e na focalização da inovação científica e tecnológica; ainda se mantêm, no entanto, pressupostos clássicos e tradicionais com relação às questões relacionadas ao conhecimento e formação acadêmica. Tal movimento não foi suficiente, contudo, para criar bases sólidas para o processo de internacionalização nessa IES no período

em questão, de forma que se fosse além daquilo que era proposto pelas agências de fomento existentes no país.

Nessa direção, somente em 2017, uma nova organização institucional, combinada a uma nova forma de financiamento contribuiu para desencadear na UFMS um movimento mais intenso para definir a política institucional a respeito da internacionalização, bem como regulamentar as formas de participação do corpo docente e discente para concorrer nos editais lançados pela CAPES. Assim, em 20 de janeiro de 2017, a Coordenadoria de Relações Internacionais, que existira entre 2013 a 2016 diretamente vinculada à Reitoria, foi encampada pela Divisão de Relações Internacionais (DIRIN) que, funcionando junto à Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais (AGINOVA), tornou-se responsável “[...] pela elaboração, coordenação e execução das políticas de cooperação internacional na UFMS” (UFMS, 2018). No ano seguinte, 2018, o Conselho Universitário aprovou a Resolução nº 35, de 8 de maio, que estabeleceu o Plano Institucional de Internacionalização no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que explicita, no artigo 4º, a política de internacionalização:

Art. 4º A política de internacionalização da UFMS será norteada por oito eixos estratégicos, que terá indicadores e critérios de avaliação e acompanhamento específicos:

I – consolidar o Comitê de Internacionalização;

II – promover a internacionalização nos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* e nos Grupos de Pesquisa;

III – promover a internacionalização nos cursos de graduação;

IV – consolidar a política linguística institucional;

V – consolidar parcerias internacionais;

VI – fortalecer a política de acolhimento e recepção de estrangeiros;

VII – consolidar a política de capacitação e qualificação docente e técnico-administrativo com vistas à internacionalização;

VIII – consolidar a política de empreendedorismo e inovação com vistas a parcerias com universidades e empresas estrangeiras; e IX – criar ambiente internacional na UFMS. (UFMS, 2018, p. 2).

Pode-se verificar que o documento expressa o interesse da instituição por consolidar a política institucional de internacionalização, baseada no fortalecimento dos programas de pós-graduação e na qualificação docente e dos técnicos-administrativos. Também se evidencia, contudo, no item VIII que a UFMS tem como foco de seu projeto institucional a questão do empreendedorismo e a inovação, e propõe-se a promoção de parcerias com as empresas, o que marca claramente a intenção de desenvolver um processo de construção de conhecimentos técnicos-científicos com vistas a atender os interesses do mercado em termos de pesquisa, e de formação de profissionais aptos para se inserir no sistema produtivo.

Assim, pode-se afirmar que se inicia uma nova etapa no processo de internacionalização da UFMS, embora essa nova etapa seja pautada, como já afirmado, pelas contradições decorrentes das questões presentes no quadro da internacionalização das IES no Brasil: por um lado, um forte incentivo à internacionalização das áreas do conhecimento mais diretamente envolvidas com a geração de produtos imediatamente comercializáveis, como as

áreas tecnológicas, o que certamente é facilitado pela internacionalização Sul-Norte. Por outro lado, em que pese o forte apelo regional da instituição, pela sua localização estratégica do ponto de vista internacional – a UFMS se situa numa região de fronteira com a Bolívia e Paraguai – a mobilidade docente e discente em relação ao Mercosul e a estes países em particular tem se dado mais na recepção de seus alunos, do que baseada na troca ou experiências conjuntas de projetos e produções.

Pensar-se, portanto, num processo de internacionalização mais horizontalizado, que inclua as várias áreas do conhecimento e suas potencialidades, parecem ser alguns dos desafios que se colocam à UFMS nos próximos anos.

Referências

- ANDERY, Maria Amália *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6.ed. São Paulo; Rio de Janeiro: EDUC, 1996.
- BITTAR, Mariluce; RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; MACIEL, Carina. A educação superior em Mato Grosso do Sul. *In: A EDUCAÇÃO superior brasileira: 1991 – 2004*. Brasília, INEP, 2006.
- BRASIL UNIVERSITÁRIO. **Uma Edição de Anais Científicos**, Cuiabá, v. 35, n. 97, 1976.
- BRASIL. **Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013**. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm. Acesso em: 5 jun. 2018.
- EUBRAZIL. **Associação EUBrasil**. Disponível em: <http://www.eubrasil.eu/pt/quem-somos/>. Acesso em: 5 jun. 2018.
- IBRASIL. **Brasil abrangente e inovador**. Disponível em: http://www.ibrasilmundus.eu/general_information. Acesso em: 5 jun. 2018.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo de. Internacionalização da educação superior no Brasil: programas de indução à mobilidade estudantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 118-137, maio 2016. ISSN 2446-9424. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650540>. Acesso em: 25 dez. 2017. doi:<https://doi.org/10.22348/riesup.v2i1.7531>.
- GIANEZINI, Quelen. **O processo de expansão do ensino superior em Mato Grosso**. 250 p. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MATO GROSSO. Secretaria de Educação e Cultura. Universidade Estadual de Mato Grosso. **Relatório Anual**, 1971. Cuiabá: 1971. (cópia mecanográfica).

MAYMONE, Hércules. **Da farmácia e odontologia à universidade: memórias**. Campo Grande: UFMS, 1989.

MORAIS, Oziel Duarte. **A Cooperação bilateral entre Brasil e Cabo Verde: uma análise a partir dos convênios no Ensino Superior**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 01, p. 93-112, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n1/v27n1a05.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2017.

PAIVA, Flávia Melville. **A internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil: mobilidade e produtividade docente (2010-2016)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/4953>. Acesso em: 25 out. 2018.

TEICHLER, Ulrich: The Changing debate on Internationalization of higher education. **Higher Education**, n. 48, p. 5-46, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO (UEMT). Estatuto da Universidade Estadual de Mato Grosso. **Diário Oficial do Estado**, Cuiabá, 3 de dezembro de 1970, 1970.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO (UEMT). **Atas do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Mato Grosso – 1973 a 1979**. Campo Grande: 1973-1979.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO (UEMT). **Atas do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Estadual de Mato Grosso – 1975 a 1979**. Campo Grande: 1975-1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Estatuto da Fundação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. 1984a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Estatuto da Fundação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. 1984b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Estatuto da Fundação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, 2010-2014. Campo Grande, jun. 2010. Disponível em: https://proplan.ufms.br/files/2015/08/pdi_2010_2014.pdf. Acesso em: 5 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Plano de Desenvolvimento Institucional Realinhado (PDI)**, 2010-2014. Campo Grande, jun. 2011a. Disponível em: https://proplan.ufms.br/files/2015/08/pdi_2010_2014realinhado.pdf. Acesso em: 4 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Relatório de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – Ano base 2014**. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Coordenadoria de Planejamento Institucional. Divisão de Acompanhamento e Avaliação. Campo Grande, 25 de maio de 2015. Disponível em: <https://proplan.ufms.br/files/2015/08/RELATORIO-AVALIACAO-PDI-2010-2014-FINAL.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Relatório de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – Ano base 2010**. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Coordenadoria de Planejamento Institucional. Divisão de Acompanhamento e Avaliação. Campo Grande, maio de 2011. Disponível em: https://proplan.ufms.br/files/2015/08/relatorio_de_avaliacao_pdi2010_2014_ano_base_2010.pdf. Acesso em: 4 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Relatório de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – Ano base 2011b**. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Coordenadoria de Planejamento Institucional. Divisão de Acompanhamento e Avaliação. Campo Grande, maio de 2012a. Disponível em: https://proplan.ufms.br/files/2015/08/relatorio_de_avaliacao_pdi_2010_2014_ano_base_2011.pdf. Acesso em: 4 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Relatório de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – Ano base 2012**. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Coordenadoria de Planejamento Institucional. Divisão de Acompanhamento e Avaliação. Campo Grande, maio de 2013a. Disponível em: https://proplan.ufms.br/files/2015/08/relatorio_de_avaliacao_pdi_ano_base_2012.pdf. Acesso em: 4 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Coordenadoria de Planejamento Institucional. Divisão de Acompanhamento e Avaliação. **Relatório de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – Ano base 2013**. Campo Grande, maio de 2014. Disponível em: https://proplan.ufms.br/files/2015/08/relatorio_de_avaliacao_pdi_2010_2014_ano_base_2013.pdf. Acesso em: 4 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Empreendedorismo e Inovação**. Estudantes de Angola e Moçambique conhecem instalações da PIME e Batlab. Campo Grande: 2012. Disponível em: <https://aginova.ufms.br/estudantes-de-angola-e-mocambique-conhecem-instalacoes-da-pime-e-batlab/>. Acesso em: 6 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Informações Estatísticas (2009-2011)**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS: EdUFMS, 2013b. Disponível em: https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2016/05/2009_2011.pdf. Acesso em: 6 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Informações Estatísticas (2012-2014)**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS. Disponível em: <https://www-new.ufms.br/wp-content/uploads/2016/03/Anu%C3%A1rio2014.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais** (AGINOVA). Campo Grande, 2018. Disponível em: <https://aginoва.ufms.br/sobre-aginoва/>. Acesso em: 6 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Relatório de Autoavaliação Institucional (2015-2017)**. Comissão Própria Avaliação Secretaria Especial de Avaliação Institucional. UFMS, Campo Grande, março de 2018. Disponível em: <https://seavi.ufms.br/files/2018/03/Relat%C3%B3rio-de-Autoavalia%C3%A7%C3%A3o-Institucional-2015.2017-Final.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2018.